

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2731/2025

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2025.

Processo nº 0897653-87.2025.8.19.0001,
ajuizado por **M.T.F.**.

Em atendimento à Intimação Judicial Eletrônica (Num. 207801032 - Pág. 1), seguem as informações.

Trata-se de demanda judicial com pleito de **transferência para unidade com especialidade em urologia para realização de drenagem por radiointervenção** (Num. 207709122 - Pág. 9).

Em documento médico, datado de **10 de julho de 2025**, emitido em impresso do Hospital Federal do Andaraí, consta que o Autor, de 68 anos de idade, apresenta diagnóstico de **abscesso peri renal ou retroperitoneal**. À época da emissão do referido laudo médico, **aguardava regulação [transferência] para realização de drenagem por radiointervenção** (Num. 207709123 - Págs. 6 e 7).

Todavia, ao Num. 208201245 - Págs. 1 e 2, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro informou que **conforme registro no Sistema Estadual de Regulação (SER), que o mesmo foi inserido pela unidade Hospital Federal do Andaraí – HFA em 09/07/2025 (ID 6765483). Contudo, a solicitação foi cancelada pela própria unidade solicitante às 15h17min do dia 11/07/2025, sob a justificativa de que a parte autora realizará o procedimento cirúrgico na própria unidade no dia 14/07/2025.**

Corroborado o exposto, em consulta ao **Sistema Estadual de Regulação – SER** foi localizada a inserção do Autor, sob a responsabilidade da CREG-METROPOLITANA I – CAPITAL, com:

- **solicitação de internação, em 05 de julho de 2025, para drenagem de abscesso renal / peri-renal (0409010138), pelo Hospital Federal do Andaraí, com situação cancelada;**
- **solicitação de internação, em 09 de julho de 2025, para drenagem de abscesso renal / peri-renal (0409010138), pelo Hospital Federal do Andaraí, com situação cancelada.**

Portanto, **não há como este Núcleo realizar uma inferência segura acerca da indicação da transferência pleiteada, neste momento.**

Diante o exposto, informa-se que o procedimento de **drenagem por radiointervenção está indicado** ao manejo do quadro clínico que acomete o Autor (Num. 207709123 - Págs. 6 e 7).

Considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), informa-se que o procedimento cirúrgico prescrito **está coberto pelo SUS**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP), na qual constam: **drenagem de abscesso renal / peri-renal** (04.09.01.013-8) e **biopsia percutânea orientada por tomografia computadorizada / ultrassonografia / ressonância magnética / raio x** (02.01.01.054-2). Assim como, informa-se que o **leito** requerido **é padronizado pelo SUS**, conforme a tabela SIGTAP.

O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde¹.

Destaca-se que no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, existem o **Serviço Especializado em Atenção em Urologia**² e o **Serviço Especializado em Diagnóstico por Imagem – Radiologia Intervencionista**³, conforme Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde – CNES.

Ademais, destaca-se que o Assistido está internado em uma unidade de saúde pertencente ao SUS, que **dispõe de serviço de urologia**⁴ e que **integra** o Serviço Especializado em Diagnóstico por Imagem – Radiologia Intervencionista no Estado do Rio de Janeiro – CNES.

- Portanto, **informa-se que é responsabilidade da referida instituição realizar o procedimento de drenagem por radiointervenção pleiteado ou, no caso de impossibilidade, encaminhá-lo à uma outra unidade de saúde apta ao atendimento da demanda.**

Resgata-se que a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro informou que a **solicitação de a transferência do Autor, junto ao SER, foi cancelada devido ao agendamento da realização do procedimento de drenagem por radiointervenção ter sido agendada na própria unidade solicitante – HFA – para a data de 14 de julho de 2025.**

Considerando a presente data e a data de agendamento supramencionada, para a realização do procedimento pleiteado e prescrito, sugere-se que seja verificado com o Autor **se a drenagem por radiointervenção já foi realizada**.

¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-regulacao-controle-e-financiamento-da-mac/regulacao>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

² Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Serviço Especializado em Atenção em Urologia no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Especialidades_Listar.asp?VTipo=169&VListar=1&VEstado=33&VMun=&VComp=00&VTerc=00&VServico=169&VClassificacao=00&VAmbu=&VAmbuSUS=1&VHosp=&VHospSus=1>. Acesso em: 15 jul. 2025.

³ Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Serviço Especializado em Diagnóstico por Imagem – Radiologia Intervencionista no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Especialidades_Listar.asp?VTipo=121&VListar=1&VEstado=33&VMun=&VComp=00&VTerc=00&VServico=121&VClassificacao=006&VAmbu=&VAmbuSUS=1&VHosp=&VHospSus=1>. Acesso em: 15 jul. 2025.

⁴ HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/dgh/hfa>>. Acesso em: 15 jul. 2025.



Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde⁵ **não** foi encontrado Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o quadro clínico do Autor – **abscesso peri renal**.

Quanto à solicitação Autoral (Num. 207709122 - Págs. 9 e 10, item “08 – *DO PEDIDO*”, subitens “c” e “g”) referente ao provimento de “... *todo o tratamento, exames, procedimentos e medicamentos necessários ao restabelecimento de sua saúde* ...”, vale ressaltar que não é recomendado o fornecimento de novos itens sem emissão de laudo que justifique a necessidade dos mesmos, uma vez que o uso irracional e indiscriminado de medicamentos e tecnologias pode implicar em risco à saúde.

É o parecer.

Ao 2º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02

⁵ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas – PCDT. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>>. Acesso em: 15 jul. 2025.